

Desafios da Autogestão na Reciclagem Popular

Challenges of Self-Management in Popular Recycling

Angelique Johanna Willemien Maria van Zeeland¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo sistematizar os principais fatores no processo de autogestão das associações e cooperativas de catadoras/es de materiais recicláveis identificando desafios e estratégias adotadas. Será apresentado o conceito e o processo de construção da reciclagem popular. A mobilização das/os catadoras/es através do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), resultou em avanços nas políticas públicas no Brasil na última década. O conceito de reciclagem popular, elaborado pelo MNCR, aborda o modelo de gestão integrada de resíduos sólidos onde a reciclagem é feita por catadoras/es organizadas/os em associações e cooperativas autogestionárias. O 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) afirma que as práticas autogestionárias estão contribuindo para a emancipação das/os trabalhadoras/es associadas/os. De acordo com Antônio Cruz (2013) a autogestão resulta na construção de novas relações sociais de produção igualitárias. Neusa Maria Dal Ri e Candido Giraldez Vieitez (2013) realçam o protagonismo das/os trabalhadoras/es coletivas/os no processo de produção e reprodução da vida social. A análise das características sócio-políticas e econômicas de 36 empreendimentos de catadoras/es no Estado do Rio Grande do Sul, abordando vários aspectos da autogestão como participação das catadoras, processos de formação, inclusão socioeconômica de catadoras/es e atuação em rede, apresenta desafios da autogestão e capacidades potenciais. A análise da experiência de catadoras/es em Gravataí/RS aponta o desafio de combinar a prestação de serviços de qualidade, com autogestão, cultivando relações baseadas em princípios de cooperação e solidariedade. O artigo finaliza com considerações sobre avanços e desafios para as práticas autogestionárias na reciclagem popular.

Palavras-chave: Autogestão; Reciclagem popular; Coleta seletiva solidária; Gestão integrada de resíduos sólidos; Economia solidária.

ABSTRACT

This paper aims to systematize the main elements in the self-management process of waste pickers associations and cooperatives identifying challenges and strategies adopted. The concept and the process of popular recycling are presented. The mobilization of waste pickers through the national movement of waste pickers (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR), resulted in advances in public policy in the last decade. The concept of popular recycling addresses the model of integrated solid waste management, where recycling is done by waste pickers organized in self-management associations and cooperatives. The first National Plan of Solidarity Economy (2015-2019) states that self-management practices contribute to the emancipation of associated workers. According to Antônio Cruz (2013) self-management results in the construction of new egalitarian social relations of production. Neusa Maria Dal Ri and Candido Giraldez Vieitez (2013) emphasize the agency of collective workers in the process of production and reproduction of social life. The analysis of the socio-political and economic characteristics of 36 organizations of waste

¹ Mestra em Economia, doutoranda em Economia em Desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, membro do Conselho Nacional de Economia Solidária e membro do Conselho da Aliança ACT. E-mail: angelique.van.zeeland@hotmail.com.

Texto recepcionado em regime de fast-track do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), ocorrido entre 19 e 21 de maio de 2016, na cidade de Porto Alegre/RS, Brasil. O evento foi organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS).

pickers in the State of Rio Grande do Sul, Brazil, addresses several aspects of self-management, like participation of the waste pickers, training processes, socioeconomic inclusion of waste pickers and networking, and presents challenges of self-management as well as potential capacities. The analysis of the experience of the waste pickers in Gravataí/RS points to the challenge of combining the provision of quality services with self-management, cultivating relationships based on principles of cooperation and solidarity. This paper closes with considerations about advances and challenges for self-management practices in popular recycling.

Keywords: Self-management; Popular recycling; Solidarity selective collection; Integrated solid waste management; Solidarity economy.

1. Introdução

O conceito de economia solidária ganhou destaque na literatura a partir dos anos 1990, principalmente em América Latina. Luis Razeto (1997) aponta que estas iniciativas recuperam o papel central do trabalho, em vez do capital, e focam na melhoria das condições de vida dos membros e suas famílias. Paul Singer (2000) reforça que a economia solidária é um processo continuado de criação pelas/os trabalhadoras/es, na sua luta contra o capitalismo, para mudar as relações econômicas injustas e exploradoras. A solidariedade é o aspecto mais importante dessa práxis econômica, e se expressa na propriedade coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; gestão democrática e distribuição das sobras entre os membros. José Luis Coraggio (2007, p.37) define a economia solidária como “prácticas económicas de acción transformadora”. A economia solidária surge como uma resposta à pobreza e à desigualdade, aprofundadas num contexto de políticas neoliberais. A crise econômica prolongada, a crescente desigualdade e as mudanças climáticas, desafiam o pensamento e as práticas de desenvolvimento. Neste contexto cresce a importância dos movimentos sociais para a elaboração e a efetivação de políticas de desenvolvimento humano. Porém para poder realizar este potencial, precisam ser superadas as restrições impostas pelas relações com atores externos e instituições, que resultam em tensões entre a dinâmica interna de autogestão, baseados em valores de cooperação e solidariedade e as condições limitadas para estabelecer as regras do jogo por causa das exigências do mercado.

A sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários (EES) depende de fatores internos e externos. Jaqueline Ruthkowski (2008, p.8) define a sustentabilidade de EES como “sua competência de ser perene ao longo do tempo mantendo a capacidade de atingimento de seus objetivos”. Ela destaca fatores relacionados ao ambiente de atuação e fatores vinculados a estratégias de relacionamentos com outros atores, como a cooperação em redes. Gabriel Kraychete (2012, p.17) afirma que “a viabilidade dos empreendimentos da economia solidária não se traduz, apenas, na produção de bens e serviços, mas na (re)produção de relações de trabalho economicamente viáveis e socialmente justas”. Antônio Cruz (2011) aborda a tensão entre economia solidária e sua atuação no mercado capitalista e afirma que a inserção dos empreendimentos econômicos solidários no mercado capitalista se dá de forma subordinado. Desta forma ressalta que o processo de autogestão dos empreendimentos precisa estar articulada com uma ação política para mudar o regime de acumulação.

Tampouco [...] as iniciativas econômicas autogestionárias poderão sobreviver no longo prazo sem uma profunda alteração no modo de regulamentação, que permita a construção de um regime de acumulação orientado pela ética da solidariedade, pelo desenvolvimento humano e pela preservação ambiental. (CRUZ, 2013, p.142).

O 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) afirma que a autogestão experimentada nos EES aproxima “a economia solidária de um modelo de desenvolvimento que tem por finalidade a redução das disparidades de renda e da riqueza” (Brasil, 2015, p.16).

Este artigo tem por objetivo sistematizar os principais fatores do processo de autogestão das associações e cooperativas de catadoras/es de materiais recicláveis, identificando as tensões, os desafios e as estratégias adotadas pelas/os trabalhadoras/es associadas/os. Na primeira parte será abordado o conceito e o processo de construção da reciclagem popular. Na segunda seção será apresentada o conceito de autogestão, relacionadas com práticas autogestionárias de catadoras/es. A terceira seção apresenta as características sócio-políticas e econômicas de 36 empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es no Estado do Rio Grande do Sul. Serão examinados vários aspectos da autoegestão como participação das catadoras, processos de formação, inserção socioeconômica de catadoras/es e atuação em rede. A quarta seção analisa a experiência de Coleta Seletiva Solidária (CSS) em Gravataí e da rede Coleta Solidária, identificando desafios e capacidades potenciais. O artigo finaliza com considerações sobre avanços e desafios para as práticas autogestionárias na reciclagem popular.

2. Conceito de Reciclagem Popular

A mobilização das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis através do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a partir de 2001, resultou em avanços nas políticas públicas e na melhoria das condições de trabalho das catadoras e dos catadores. Estes avanços foram construídos a partir da ação coletiva e de mobilizações para reivindicação de direitos no Brasil. A primeira conquista foi o reconhecimento da profissão de catador/a como categoria de ocupação² em 2002. A luta por direitos se articula com a construção de programas e políticas para a economia solidária.

A partir de 2003 iniciou-se um processo de co-construção de políticas públicas de economia solidária no Brasil, envolvendo um diálogo entre movimentos sociais e atores governamentais. Marguerite Mendell e Béatrice Alain (2015) destacam os aspectos de ampla representação dos movimentos sociais, a atuação em rede e a integração, e em relação ao governo, o compromisso, a colaboração intergovernamental e o apoio prolongado. O Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadores de Materiais Recicláveis (Ciisc) é um espaço de colaboração intergovernamental para a construção de programas e políticas públicas, envolvendo diversos ministérios e órgãos governamentais, com participação do MNCR. Uma conquista importante do MNCR foi a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305 em 2010 (Brasil, 2010). A PNRS estabelece um novo marco regulatório para a gestão de resíduos sólidos, priorizando a inclusão socioeconômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis através de cooperativas e associações autogestionárias na gestão integrada de resíduos sólidos. A nova legislação resultou em arranjos institucionais inovadoras, ao mesmo tempo coloca um desafio para os estados e os municípios para colocar em prática os dispositivos da PNRS.

Ana Cecília Dinerstein (2014) alerta para a tensão entre a dimensão emancipatória da economia solidária, como prática dos movimentos sociais, entre as quais o MNCR, e entre a lógica do poder do estado no processo de “tradução” das práticas em políticas de estado. A nova legislação resultou em experiências locais de gestão integrada de resíduos sólidos e de coleta seletiva solidária. Porém em muitos municípios as catadoras e os catadores continuam atuando na margem da gestão de resíduos sólidos urbanos, em condições precárias de trabalho e uma renda insuficiente para a subsistência das famílias. Para mudar este cenário e construir estratégias de efetivação de direitos e de melhoria das condições de trabalho de catadoras e catadores, o MNCR lançou em 2014 a campanha para a reciclagem popular.

O conceito de reciclagem popular surge em 2013 a partir do 1º Seminário Nacional Rotas Tecnológicas para a Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos, promovido pelo MNCR, INSEA e o Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS).

O conceito de reciclagem popular aborda o modelo de gestão integrada de resíduos sólidos onde a reciclagem é feita por catadoras/es organizadas/os em associações e cooperativas autogestionárias, através da prestação de serviços de Coleta Seletiva Solidária (CSS) e triagem dos materiais, além do avanço na cadeia de reciclagem via beneficiamento e comercialização coletiva, garantindo a gestão compartilhada e a distribuição da renda, da riqueza, do poder e do conhecimento gerado a partir do manejo dos resíduos.

Em 2014 o MNCR lança a campanha da Reciclagem Popular. De acordo com o MNCR (2014a) a reciclagem popular:

É um projeto produtivo que visa a distribuição da riqueza em toda a cadeia produtiva da reciclagem, além de descentralizar o poder nas decisões de preços de materiais, ou que é produzido e reciclado da cadeia, principalmente a distribuição e o compartilhamento dos

² Reconhecido no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego.

conhecimentos gerados a partir dos resíduos.

A reciclagem popular representa um novo modelo de reciclagem baseado em um novo conceito. “O principal objetivo é combater a desigualdade nesta cadeia, fazendo com que os/as trabalhadores/ as sejam valorizados em todo o processo produtivo, garantindo a gestão compartilhada dos resíduos” (MNCR, 2014a). A reciclagem popular compreende as práticas que fazem parte da cadeia produtiva da reciclagem realizadas pelas/os catadoras/es organizadas/os em associações e cooperativas autogestionárias, desde a coleta, triagem, compostagem, enfardamento, beneficiamento e industrialização dos materiais recicláveis (FLD, 2015). A reciclagem popular se baseia em três pilares, a distribuição da riqueza, a distribuição do poder e a distribuição dos conhecimentos gerados a partir dos resíduos. Atualmente há uma grande concentração do resultado econômico da reciclagem, nas mãos de atravessadores e indústrias de reciclagem. Uma das reivindicações do MNCR é a remuneração justa pelos serviços prestados na área de coleta e triagem de materiais recicláveis, conforme prevê a PNRS. “A PNRS reconhece o resíduo sólido como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (MNCR, 2013). A PNRS introduz a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, desta forma promovendo a democratização da tomada de decisões. A sistematização das práticas e dos saberes de catadoras e catadores, assim como a socialização dos conhecimentos das universidades é necessária para o desenvolvimento de novas tecnologias sócias para aperfeiçoar a gestão integrada dos resíduos sólidos e melhorar a eficiência da coleta seletiva solidária.

3. Conceito e práticas autogestionárias da Reciclagem Popular

Um grande desafio é o avanço no controle da cadeia produtiva de reciclagem pelas organizações de catadoras e catadores, através da comercialização coletiva e o beneficiamento dos materiais. O MNCR reivindica um Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular (PRONAREP) para melhorar a infraestrutura das associações e cooperativas, para qualificar a atuação em rede e para avançar no processamento industrial do material reciclado (MNCR, 2014b). Jacqueline Ruthkowski (2008) afirma a importância de processos de trabalho e produção apropriados para a realidade das organizações autogestionárias de catadoras e catadores e de estratégias de relacionamento em redes, para avançar na comercialização coletiva. Em relação ao processamento industrial Sylmara Gonçalves Dias (2009) alerta que as cooperativas têm condições limitadas para estabelecer as regras do jogo e precisam se ajustar aos interesses e demandas técnicas das grandes empresas compradoras dos materiais recicláveis. De acordo com o coordenador da cooperativa de catadoras/es Cootracar, Alexandre Camboim, um dos desafios consiste em como combinar a prestação de serviços de qualidade com autogestão, cultivando relações baseadas em princípios de cooperação, confiança e solidariedade (ZEELAND, 2014).

A autogestão é um modelo de gestão democrática e participativa, aonde todas/os as/os associadas/os, que são ao mesmo tempo trabalhadoras/es e donas/os do empreendimento, participam. De acordo com o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019):

A autogestão é uma característica fundamental da economia solidária, e que assume concretude em um conjunto de práticas democráticas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, contribuindo para a emancipação do trabalho ao tornar cada pessoa associada consciente e corresponsável pelos interesses e objetivos que são assumidos coletivamente. (BRASIL, 2015, p.16).

Antônio Cruz (2013, p.141) afirma que as/os trabalhadoras/es associadas/os constituem um grupo de trabalhadoras/es emancipadas/os do assalariamento, “através da construção de relações sociais de produção igualitárias”. Neusa Maria Dal Ri e Candido Giraldez Vieitez (2013, p.147) afirmam que o trabalho associado resulta em “protagonismos específicos do trabalhador coletivo” e que muitas vezes

as/os trabalhadoras/es atuam como educadoras/es. O trabalho associado é baseado na autonomia das/os trabalhadoras/es voltado para um sistema de cooperação. Dal Ri e Vieitez (2001) abordam a tensão nos empreendimentos autogestionários, entre o processo autogestionário aonde as/os trabalhadoras/es controlam os produtos do seu trabalho e a relação no mercado capitalista, aonde elas/eles continuam sendo produtores de mercadorias.

[...] por um lado, a comunidade de trabalho coloca valores sociais de solidariedade, ajuda mútua, associativismo e planejamento social, por outro, a prevalência do fetichismo da mercadoria suscita o individualismo competitivo tanto da empresa como dos associados. (DAL RI, VIEITEZ, 2001, p.103).

Dal Ri e Vieitez (2013, p.148) afirmam que o trabalho associado ainda se encontra na fase experimental, mas tem como base uma nova concepção, onde “os trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza, são erigidos em protagonistas do processo de produção e reprodução da vida social”. A busca por direitos é um elemento importante que movem muitas ações das/os trabalhadoras/es associadas/os, assim como o controle do processo produtivo. De acordo com INSEA (2015) para promover melhoria na gestão integrada de resíduos sólidos é importante construir sinergias entre os agentes econômicos e construir estratégias para efetivação de direitos e melhoria das condições de trabalho das catadoras e dos catadores.

4. Características de empreendimentos autogestionários de catadoras e catadores no RS

Nesta seção serão apresentadas as características sócio-políticas e econômicas e as capacidades potenciais de organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Estado do Rio Grande do Sul. Os dados são oriundos do diagnóstico realizado, em 2014 e 2015, pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD)³ e pelo MNCR com 36 organizações de catadoras e catadores, das quais 20 atuam em rede. Nesta análise serão abordados vários aspectos da autogestão como participação das catadoras, processos de formação, inserção socioeconômica de catadoras/es e atuação em rede.

Entre as organizações de catadoras e catadores pesquisadas 35% têm até 5 anos de existência, 13% existe entre 5 e 10 anos e 52% das organizações existem há mais de 10 anos. A maioria das organizações pesquisadas são organizações consolidadas.

³ A Fundação Luterana de Diaconia, criada em 2000, desenvolve iniciativas, como o Programa de Pequenos Projetos e atua junto ao público de catadoras e catadores de materiais recicláveis através de execução de projetos e do apoio a grupos, associações e cooperativas, www.fld.com.br.

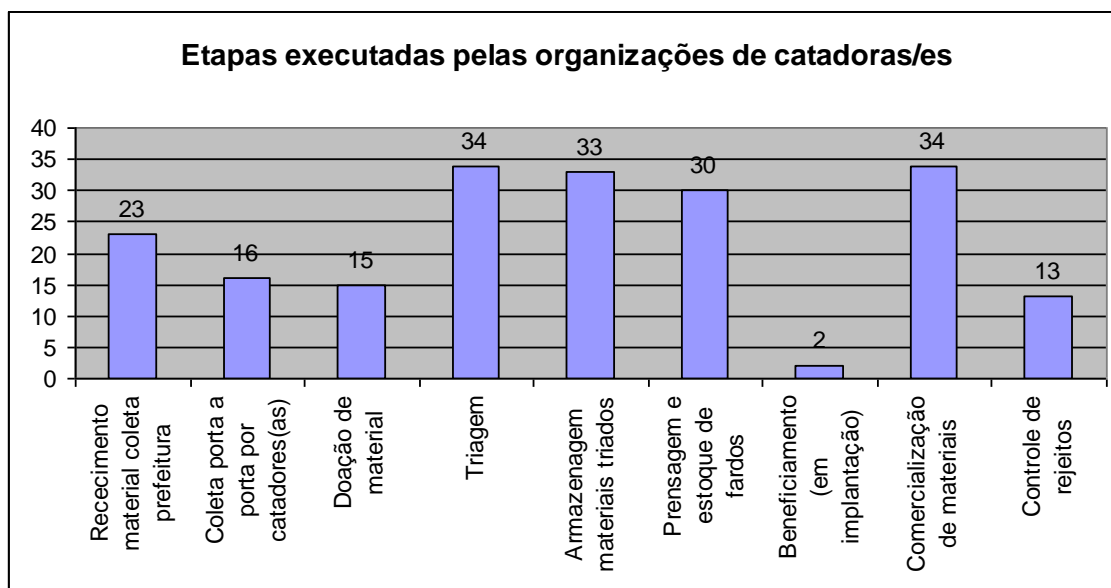


Figura 1 – Etapas realizadas por organizações de catadoras/es, 2014-2015.

Fonte: FLD e MNCR

Em total 34 organizações informaram as etapas que executam. A maioria das organizações (68%) recebe materiais provenientes de coleta realizada pela Prefeitura. Quase a metade (47%) realiza a coleta porta a porta e 44% recebem doações de materiais, de empresas, organizações sociais ou governamentais. Todas realizam a triagem e separação dos materiais recicláveis e quase todas (97%) realizam a armazenagem dos materiais triados. A maioria (88%) atua na prensagem dos materiais triados e estocam os fardos de materiais; todas comercializam os materiais recicláveis. Menos da metade (38%) realiza um controle de rejeito. Duas organizações estão em fase de implantação de beneficiamento de plástico. Em relação à comercialização, a maioria (89%) vende para atravessadores, somente uma pequena parte (11%) comercializa diretamente com a indústria, uma parte (22%) comercializa em rede. As organizações estão avançando no controle da cadeia produtiva de reciclagem e estão atuando em quase todas as etapas, inclusive iniciando a fase de beneficiamento. Em torno de metade (47%) das organizações realiza a coleta com catadoras/es de rua. A coleta seletiva solidária, realizada por associações e cooperativas de catadoras/es é uma das principais reivindicações do MNCR, para avançar no modelo de reciclagem popular.

Nas organizações há uma predominância de mulheres (59%) e embora que se constata que as mulheres executam quase todas as funções, percebe-se uma diferenciação nas ocupações funcionais por gênero. A predominância de mulheres se traduz na administração das organizações, em 89% das organizações há mulheres atuando na administração. Uma função dominada pelas mulheres é a triagem. Em todas as organizações há mulheres atuando na triagem. As ocupações que se destacam pela atuação dos homens e com menor participação das mulheres são o trabalho na balança e na prensa, assim como a coleta na rua, principalmente realizada pelo caminhão. Nas organizações pesquisadas não há nenhuma mulher atuando como motorista de caminhão.

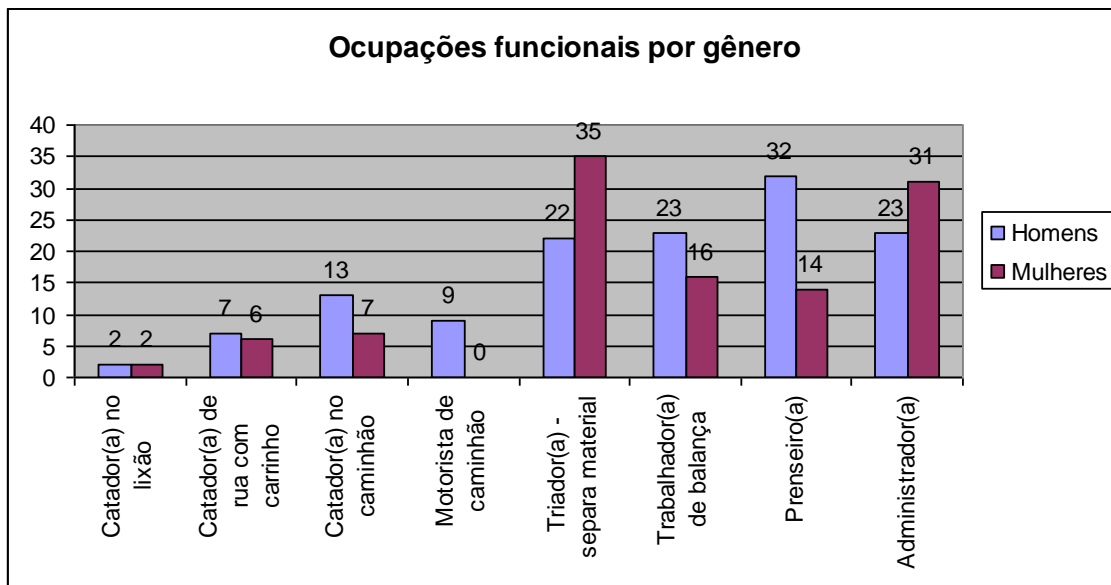


Figura 2 – Ocupações funcionais por gênero de organizações de catadoras/es, 2014-2015.

Fonte: FLD e MNCR

4.1 Atuação em Rede

Nos últimos anos há um avanço na atuação em rede. Em seguida serão analisadas características de 20 organizações de catadoras/es que atuam em quatro redes; três redes consolidadas e a quarta em fase de organização. Das organizações articuladas em rede, 65% declara que a motivação para a organização de catadoras/es foi a necessidade econômica, 55% por ser uma alternativa ao desemprego e 40% para poder desenvolver uma atividade onde todas as pessoas são donas e atuam com autogestão.

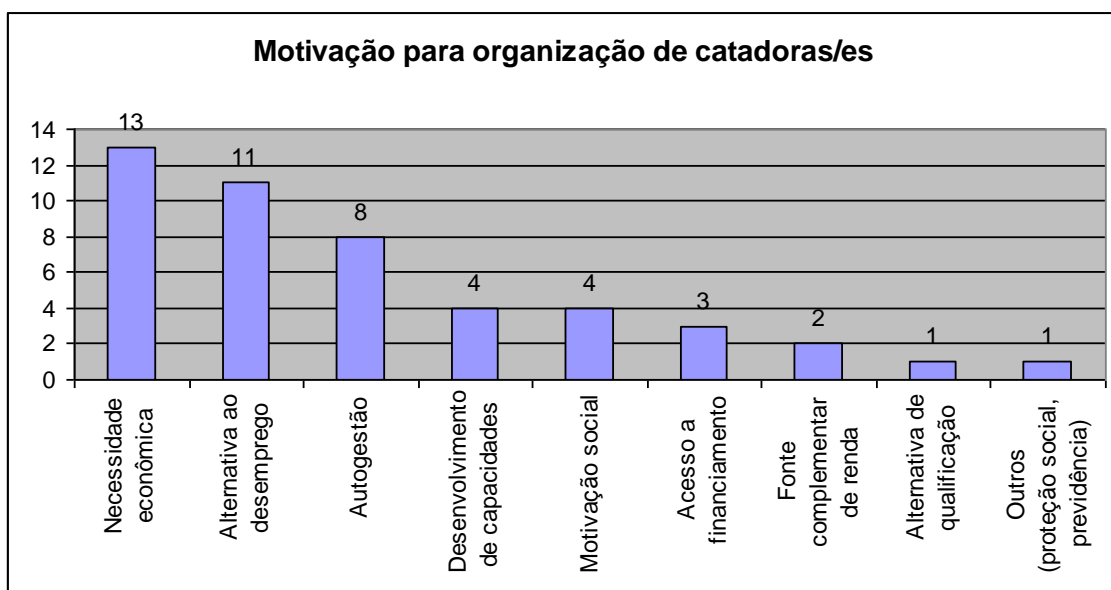


Figura 3 – Motivação para organização de catadoras/es, 2014-2015.

Fonte: FLD e MNCR

Metade das organizações tem entre 20 e 39 associadas/os e 85% tem até 39 associadas/os. Observa-se uma diferença, em relação à formalização. A maioria (65%) das organizações articuladas em rede se constitui como cooperativas; nas demais organizações predominam a associação (81%).

4.2 Indicadores de democracia autogestionária

A autogestão das/os trabalhadoras/es associadas/os se expresse nas formas de participação em decisões estratégicas e cotidianas. Nas organizações articuladas em rede, mais da metade (55%) realiza assembleias no mínimo uma vez por mês, e 75% no mínimo semestralmente. As/os catadoras/es participam em atividades coletivas, como reuniões de base e assembleias (80%), atividades de formação (60%) e de mobilização por direitos (65%). A comercialização coletiva é praticada por 40% das organizações articuladas em rede, as demais organizações comercializam separadamente. A comercialização em rede representa um avanço no controle da cadeia produtiva de reciclagem e na consolidação do modelo de reciclagem popular.

Os riscos do trabalho das/os catadoras/es, constituem um desafio para o processo da autogestão. No último ano houve acidentes de trabalho em um terço (35%) das organizações. Em total foram 16 acidentes, dos quais 8 leves, como cortes na mão durante a triagem e torção de tornozelo durante a coleta na rua; e 8 graves, como atropelamento do coletor na rua, perna quebrada pelo fardo no galpão e mão esmagado pela prensa. A maioria considera o trabalho perigoso (65%) e considera o local perigoso (60%), por causa de materiais cortantes, materiais contaminados, insalubridade, instalações precárias e presença de vetores de doença, como ratos e cobras. Na maioria das organizações há um amplo uso de Equipamentos de Proteção Individual, porém os dados acima demonstram que a segurança no trabalho é um tema importante em relação à autogestão das associações e cooperativas de catadoras e catadores.

4.3 Sustentabilidade dos empreendimentos autogestionários

A maioria das organizações articuladas em rede (65%) possui um contrato de prestação de serviços com a Prefeitura; na área de coleta (63%) e na área de triagem dos materiais recicláveis (69%). Nas demais organizações somente 19% têm um contrato com a Prefeitura. Estes contratos demonstram o avanço na efetivação de políticas públicas. A remuneração pelos serviços prestados é um objetivo importante da reciclagem popular, para combater a desigualdade na cadeia de reciclagem e para a valorização das/os trabalhadoras/es no processo produtivo, assim como a gestão compartilhada dos resíduos sólidos entre poder público e organizações de catadoras/es. A remuneração justa continua sendo um desafio.

A sustentabilidade das organizações, como um processo orientado pela solidariedade e pelo desenvolvimento humano, aponta para a importância da atuação em fóruns e conselhos para a reivindicação de direitos, a incidência em políticas públicas e o fortalecimento dos processos democráticos. A maioria das organizações (75%) participa em fóruns, 67% em fóruns de catadoras/es e de apoio a coleta seletiva solidária, e 20% em fóruns de economia solidária. Metade (50%) das organizações atua em conselhos de direitos, principalmente do meio ambiente (80%). Outros espaços de participação são o Orçamento Participativo e conferências do meio ambiente e da economia solidária.

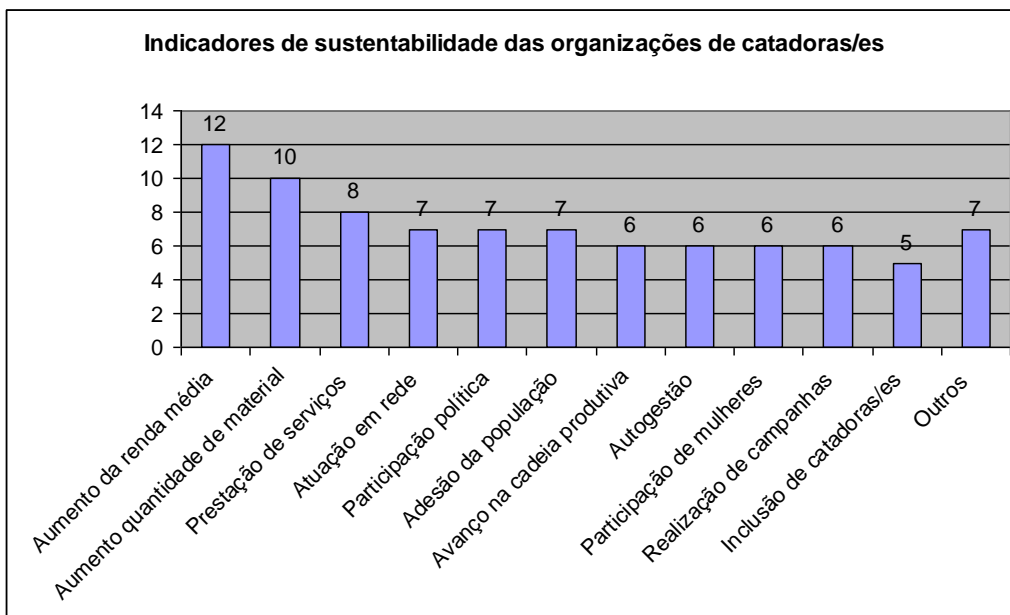


Figura 4 – Indicadores de sustentabilidade de organizações de catadoras/es de RS, 2014-2015.

Fonte: FLD e MNCR

Em relação à viabilidade econômica das organizações de catadoras/es, 44% afirmou que conseguiram pagar as despesas e ter sobras, 39% afirmou que conseguiu pagar as despesas sem ter sobras, 17% afirmou que não deu para pagar as despesas. As organizações de catadoras/es mencionaram como principais conquistas a geração de renda (67%), a integração do grupo (50%) e a autogestão (44%). Os principais desafios destas organizações são a geração de renda (61%), alcançar a autogestão (56%) e a união do grupo (50%). As organizações de catadoras/es mencionaram como indicadores de sustentabilidade, aumento de renda média das/os associadas/os (67%); aumento na quantidade de material coletada e reciclada (56%); realização de prestação de serviços e pagamento pelas Prefeituras na área de gestão de resíduos sólidos urbanos (44%); atuação em rede, participação em espaços de incidência política e adesão da população (39%); avanço na cadeia produtiva, autogestão, participação das mulheres e realização de campanhas (33%); e inclusão de catadoras/es de rua (28%). Para atingir o objetivo de geração de renda adequada para as/os associadas/os, é importante identificar os fatores que contribuam para a viabilidade econômica associativa e atuar sobre eles. As capacidades potenciais das organizações de catadoras/es são a participação em espaços de incidência política; a articulação em rede; a comercialização em rede; a realização da coleta seletiva solidária e a prestação de serviços na área de gestão de resíduos sólidos através de contratos com as Prefeituras.

5. Coleta Seletiva Solidária: desafios da gestão compartilhada

Uma reivindicação de organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis é a contratação de suas organizações pelo poder público para a realização de coleta seletiva, com o pagamento pelo serviço prestado. De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a coleta seletiva deverá ser realizada prioritariamente por associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis.

No final de 2009, a cooperativa de catadoras/es Cootracar, firmou um termo de cooperação com a Prefeitura Municipal de Gravataí para a realização da coleta seletiva solidária com inclusão de catadoras e

catadores de rua em 15 bairros. No termo de cooperação constavam as regras e procedimentos de gestão compartilhada para o processo de coleta e triagem de materiais recicláveis, tendo por base o incentivo à atividade de reciclagem, a preservação ambiental e à geração de renda para as/os associadas/os da cooperativa. No termo também constava metas do plano de coleta seletiva, visando a ampliação dos postos de trabalho e a redução dos volumes de resíduos a serem encaminhados para disposição final⁴. Para o processo de coleta seletiva solidária, a Cootracar, implantou um sistema de entrepostos, para catadoras/es que realizam a coleta nas ruas, situados próximo aos locais de maior volume da coleta, como no centro da cidade. A coleta é feita diariamente com caminhões, carrinhos elétricos e carrinhos motorizados, que aos poucos estão substituindo os carrinhos de tração humana e as carroças de tração animal. (Zeeland, 2013). O contrato é renovado anualmente. No final de 2012 e início de 2013, durante 8 meses, houve uma interrupção do pagamento, por causa de uma mudança de governo. A cooperativa continuava prestando o serviço, conseqüentemente a renda das/os catadoras/es diminuiu, resultando numa saída de catadoras/es da cooperativa. Isto demonstra que o processo de gestão compartilhada não está consolidado, em geral, as cooperativas se encontram numa situação de dependência, com condições limitadas de negociação. Após quase seis anos, no segundo semestre de 2015, o contrato de coleta seletiva solidária foi ampliado, para mais de 20 bairros, como resultado da pressão da cootracar, da eficiência na coleta seletiva solidária e do planejamento apresentado pela cooperativa a Prefeitura. A ampliação da coleta seletiva solidária prevê a implantação de cinco ecopontos, para entrega de materiais recicláveis pela comunidade e cinco entrepostos, para atuação de catadoras/es de rua. Esta ampliação possibilita a inclusão de mais catadoras/es, para atuar na coleta de rua e na triagem. Para atender um volume maior de material a cooperativa investiu em equipamentos, como uma esteira para a triagem dos materiais e uma prensa automática. Está em fase de implantação o beneficiamento de plástico. A experiência da coleta seletiva solidária em Gravataí é realizada dentro de um modelo misto. De um lado tem o modelo privatista, onde a coleta convencional e uma parte da coleta seletiva são realizadas por uma empresa privada contratada pela Prefeitura. Neste modelo as decisões são tomadas pela Prefeitura e pela empresa privada, são gerados poucos postos de trabalho, as/os catadoras/es são invisibilizadas/os e o lucro fica para a empresa, desta forma favorecendo a concentração da riqueza. Do outro lado tem o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos, que é o modelo defendido dentro da proposta de reciclagem popular, onde a coleta seletiva é realizada pela cooperativa de catadoras e catadores contratada pela Prefeitura, visibilizando as catadoras e os catadores. Neste modelo aumentam os postos de trabalho, conforme a expansão da coleta seletiva, e parcelas importantes de catadoras/es individuais que trabalham na economia informal são incorporadas na cooperativa, favorecendo a distribuição da renda e da riqueza. A gestão de resíduos sólidos é realizada de forma compartilhada entre a cooperativa e a Prefeitura. Em Gravataí não existe nenhuma instância ou comitê formalizada. A gestão compartilhada é realizada em reuniões entre a Prefeitura e a cooperativa, por solicitação da Prefeitura ou por pressão da cooperativa.

O modelo de reciclagem popular com a coleta porta a porta estabelece relações de solidariedade entre as/os catadoras/es e as/os moradoras/es, e com instituições, como escolas, lojas e associações comunitárias. Nesta relação são desenvolvidas atividades de educação ambiental pelas/os catadoras/es e orientação sobre reciclagem, aumentando a consciência ambiental e o volume do material reciclável, diminuindo o material que será depositado nos aterros sanitários, aumentando a vida útil dos mesmos. Um dos gargalos para as cooperativas e associações é a melhoria da infraestrutura e a aquisição de equipamentos. Para atender esta demanda o MNCR reivindica um Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular (PRONAREP) com investimento público para a melhoria da infraestrutura das associações e cooperativas e qualificar a atuação em rede.

⁴ Termo de Cooperação 012/2009 entre a Prefeitura Municipal de Gravataí e a Cootracar, Gravataí, 2009.

No período de 2005 a 2008 diversas associações de catadoras e catadores no Estado do Rio Grande do Sul, iniciaram a atuação em rede, voltada para a comercialização em conjunto. Porém a crise econômica, iniciado em 2008, derrubou os preços de materiais recicláveis e a central estadual de comercialização perdeu todo o capital de giro. Em 2012 a articulação em rede foi retomada, com um processo de formação e planejamento. A rede Coleta Solidária se constituiu como uma rede regional, na qual participam organizações de catadoras/es de Cachoeirinha, Gravataí, Sapucaia do Sul e Viamão. Os objetivos da rede são a união das/os catadoras/es, o fortalecimento mútuo das organizações, a implantação e ampliação da coleta seletiva solidária em todos os municípios e a comercialização em rede. A rede coleta solidária visa avançar na efetivação do modelo de reciclagem popular. A rede está implantando a comercialização coletiva, começando com um produto. O papelão é vendido para a indústria, recebendo um preço melhor e contribuindo para a melhoria na renda das/os catadoras/es. Um dos resultados da rede é a implantação da coleta seletiva solidária (CSS) em mais dois municípios a partir de 2014, respectivamente, Viamão e Sapucaia do Sul. Em Cachoeirinha há negociações com a Prefeitura. A experiência na realização da CSS em Gravataí ajuda no planejamento e nas negociações para a implantação da CSS nos outros municípios. A rede coleta solidária opera os contratos de CSS em conjunto e diversos equipamentos, tais como caminhões, são compartilhados na rede. Os principais desafios da rede coleta solidária são a ampliação da comercialização em rede; a implantação e ampliação da coleta seletiva solidária em todos os municípios, através de contratos com as Prefeituras; a implantação do beneficiamento de plástico; e a mobilização para a efetivação dos direitos das/os catadoras/es de materiais recicláveis.

6. Considerações finais

O conceito de reciclagem popular, elaborado pelo MNCR, aborda o modelo de gestão integrada de resíduos sólidos onde a reciclagem é feita por catadoras/es organizadas/os em associações e cooperativas autogestionárias. O artigo demonstra que há avanços, mas também existem desafios para as práticas autogestionárias de reciclagem popular.

A sistematização dos dados de 36 associações e cooperativas de catadoras/es e das quais 20 atuam em rede, mostra que as organizações estão avançando no controle da cadeia produtiva de reciclagem, atuando em quase todas as etapas. Quase metade das organizações realiza a coleta seletiva solidária com a inclusão de catadoras/es e tem um contrato de prestação de serviços na área de coleta e triagem com a Prefeitura, demonstrando o avanço na efetivação de políticas públicas e na implantação do modelo de reciclagem popular. Os indicadores de democracia autogestionária mostra que há uma diversificação de formas de participação em decisões estratégicas e cotidianas. Porém os dados referente a acidentes de trabalho demonstram que o tema de segurança no trabalho precisa ser reforçada nas práticas autogestionárias. A ampliação da coleta seletiva solidária, assim como a remuneração justa, continua sendo desafios para a maioria das organizações. Há também avanços na comercialização coletiva, praticada por 40% das organizações articuladas em rede. A ampliação da comercialização em rede é um dos desafios para a consolidação do modelo de reciclagem popular.

A experiência de coleta seletiva solidária da cooperativa Cootracar de Gravataí e a atuação da rede Coleta Solidária indica as capacidades potenciais das organizações de catadoras e catadores e da atuação em rede. A atuação em rede fortalece as organizações, constrói processos de planejamento coletivo e possibilita a partilha de equipamentos, práticas e conhecimentos, desta forma facilitando e viabilizando a implantação e ampliação da coleta seletiva solidária assim como da comercialização em rede. Esta experiência também mostra a importância do protagonismo de catadoras/es na busca por direitos, o controle do processo produtivo, a relevância da ampla representação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, a atuação em rede com outros atores não-governamentais, assim como a colaboração intergovernamental, para o processo de co-construção de políticas públicas e para

efetivação dos direitos e melhoria das condições de vida e trabalho das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.

O modelo de reciclagem popular está sendo construído a partir de práticas concretas de empreendimentos autogestionários de catadoras e catadores de materiais recicláveis e a partir do processo de co-construção de políticas públicas. Em relação às políticas públicas há avanços significativos, como a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, porém ainda há desafios significativos para a efetivação destas políticas, principalmente ao nível municipal, e para o fortalecimento dos empreendimentos autogestionários de catadoras/es e para a consolidação do modelo de reciclagem popular.

Referências bibliográficas

BRASIL, SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária). **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**. Brasília: CNES/SENAES/MTE. 2015.

BRASIL. **Lei Federal 12.305/2010 de 2 de agosto de 2010**. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 03 de Agosto, 2010.

CORAGGIO, José L. **Economia Social, Acción Pública y Política** (Hay vida después del neoliberalismo). Buenos Aires: CICCUS, 2007.

CRUZ, Antonio. Autogestão e economia solidária: projetos societários, modos de regulamentação e modelos de administração. Em SCHMIDT, Carlos; NOVAES, Henrique (orgs.) **Economia Solidária e Transformação Social: Rumo a uma sociedade para além do capital?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

_____. La Acumulación Solidaria. Los retos de la economía asociativa bajo la mundialización del capital. **Revista Estudios Cooperativos**. Montevideo, v.16, n.1. p. 12-37, Jul. 2011.

DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ Candido G. Protagonismos do trabalhador associado e educação. Em SCHMIDT, Carlos; NOVAES, Henrique (orgs.) **Economia Solidária e Transformação Social: Rumo a uma sociedade para além do capital?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

_____. Trabalho associado: **Cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

DINERSTEIN, Ana C. The Hidden Side of Social and Solidarity Economy: Social Movements and the "Translation of SSE into Policy (Latin America). **Occasional Papers Potential and Limits of Social and Solidarity Economy**, vol. 9, ago. 2014. p.1-14. Disponível em: UNRISD <<http://www.unrisd.org/dinerstein>>. Acesso em 10 de setembro de 2015.

FLD (Fundação Luterana de Diaconia) e MNCR. **Catadoras e Catadores em Rede: Fortalecendo a Reciclagem Popular**. Porto Alegre: FLD, 2015.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara, L. F. **Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria de reciclagem**. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Eletrotécnica e Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia Popular Solidária: Indicadores para qual sustentabilidade? Em KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (orgs.) **Economia Popular Solidária: indicadores para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

INSEA (Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável). **Relatório do III Seminário Internacional Rotas Tecnológicas da Reciclagem: Construindo soluções para a gestão de resíduos sólidos**

urbanos a partir da reciclagem popular. Belo Horizonte: INSEA, 2015.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Situação Social das Catadores e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável.** Brasília: IPEA, 2013.

MENDELL Marguerite; ALAIN, Béatrice. Enabling the social and solidarity economy through co-construction of public policy. Em UTTING, Peter (org.) **Social and Solidarity Economy: Beyond the Fringe?** London: Zed Books, 2015.

MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis). O que é a Reciclagem Popular? **MNCR**, 2014a. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/noticias/noticias-regionais/o-que-e-a-reciclagem-popular>>. Acesso em 26 out. 2015.

_____. Catadores entregam proposta do PRONAREP ao Governo Federal». **MNCR**, 2014b. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/noticias/noticias-regionais/catadores-entregam-proposta-do-pronarep-ao-governo-federal>>. Acesso em 26 out. 2015.

_____. Carta do MNCR para a Presidenta Dilma Rousseff. **MNCR**, 2013. *MNCR*. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/noticias/noticias-regionais/carta-do-mnccr-para-a-presidenta-dilma-rousseff>>. Acesso em 26 out. 2015.

_____. Carta de Brasília. **MNCR**, 2001. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>>. Acesso em 26 out. 2015.

RAZETO, Luis. O Papel Central do Trabalho e a Economia de Solidariedade. **Proposta**. Rio de Janeiro: vol.26, no. 75, 1997. p. 91-99.

RUTHKOWSKI, Jacqueline, E. **Sustentabilidade de Empreendimentos Econômicos Solidários – Uma abordagem na engenharia de produção.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. Em SINGER, Paul e SOUZA, André R. de (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como Resposta ao Desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

ZEELAND, Angélique J. W. M. van. The Interaction between Popular Economy, Social Movements and Public Policies: A Case Study of the Waste Pickers' Movement. **Occasional Papers Potential and Limits of Social and Solidarity Economy**, vol. 11, set. 2014. p.1-13. Disponível em: UNRISD <<http://www.unrisd.org/vanzeeland>>. Acesso em 10 out. 2014.

_____. Gestão Comunitária de Resíduos Sólidos: Coleta Seletiva Solidária com Inclusão de Catadores de Materiais Recicláveis em ZEELAND, A. van (org.) **CATAFORTE/RS: Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis.** São Leopoldo: Oikos, 2013.